ESTADO DA BAHIA

Prefeitura do Município de Caetité

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO E PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

Exercício de 2023

1. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E CONTEXTO DE ATUAÇÃO

1.1. Dados Institucionais da Unidade Gestora

O presente documento constitui o instrumento definitivo de transparência e prestação de contas do Poder Executivo de Caetité para o exercício financeiro de 2023, elaborado em conformidade com o dever constitucional estabelecido no Artigo 70 da Constituição Federal de 1988, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e a Lei Federal nº 4.320/64. O ente público atua sob o CNPJ 13.811.476/0001-54, com administração sediada na Avenida Profª. Marlene Cerqueira de Oliveira, nº 1000 - Centro Administrativo, Bairro Prisco Viana, CEP 46.400-000, Caetité - BA. O contato institucional está disponível através do telefone (77) 3454-5700 e correio eletrônico prefeitura@caetite.ba.gov.br.

1.2. Desafios e Condicionantes do Período

O exercício de 2023 representou um marco de profundas transições normativas, processuais e administrativas para a municipalidade. O cenário governamental foi desafiado pela necessidade peremptória de implementar, de maneira simultânea, as diretrizes da Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC – Lei Federal nº 14.133/2021), a estruturação tecnológica do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC) para ampliação da segurança jurídica e tempestividade contábil, bem como a adequação sistêmica às normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Sob a perspectiva macroeconômica, o exercício registrou substanciais flutuações e frustrações de arrecadação nas transferências correntes externas, as quais perfaziam o núcleo da receita estimada. Tais condicionantes supervenientes obrigaram a gestão a atuar vigorosamente no contingenciamento e no reequilíbrio das contas ao longo do último quadrimestre, com o fito de proteger as obrigações constitucionais primárias (Educação e Saúde) e evitar o rompimento do limite máximo de despesas com pessoal imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E COMPETÊNCIAS

Diante da extensa magnitude territorial do Município de Caetité, a descentralização administrativa consolida-se como premissa para a eficiência na entrega de políticas públicas urbanas e rurais. A arquitetura organizacional de 2023 contemplou a seguinte distribuição de competências funcionais:

- **Gabinete do Prefeito:** Instância de assistência direta ao Chefe do Executivo e coordenação da articulação política institucional.
- **Procuradoria-Geral do Município (PGM):** Assessoramento técnico-jurídico e gerenciamento preventivo de legalidade e da Dívida Ativa municipal.
- **Controladoria-Geral do Município (CGM):** Órgão central de controle interno focado no acompanhamento de metas, auditorias de conformidade e transparência das contas públicas.
- **Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças:** Gestão e modernização administrativa, controle financeiro estrito, implementação do SIAFIC e coordenação de estratégias de arrecadação, notadamente a execução do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS).
- **Secretaria de Saúde:** Governança integral do Sistema Único de Saúde (SUS) na circunscrição municipal, priorizando a Atenção Básica, a Vigilância Epidemiológica e a gestão da UPA 24h.
- **Secretaria de Educação:** Administração da rede municipal de ensino, operacionalização dos recursos do FUNDEB, merenda escolar e regulação do transporte de discentes.
- **Secretaria de Desenvolvimento Social:** Articulação da proteção social básica e especial, englobando a manutenção de CRAS, CREAS, Cadastro Único e benefícios eventuais.
- **Secretaria de Serviços Públicos:** Execução e manutenção de obras civis e da infraestrutura viária, assim como condução técnica da Regularização Fundiária Urbana (REURB).
- **Secretaria de Meio Ambiente e Limpeza Pública / Recursos Hídricos:** Implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico, Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e administração de sistemas de convivência hídrica com o semiárido.

3. PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL E DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O planejamento para o ano de 2023 constituiu a espinha dorsal da viabilização técnica das políticas idealizadas no Plano Plurianual (PPA 2022-2025 – Lei nº 892/2021) e materializadas financeiramente pela Lei Orçamentária Anual (LOA 2023 – Lei nº 921/2022). A concepção estratégica objetivou transcender a modernização administrativa – não a tratando como um fim em si mesma, mas como o meio definitivo para assegurar celeridade e eficiência à prestação dos serviços básicos essenciais.

3.1. Arquitetura do Orçamento e Proteção da Seguridade Social

O orçamento global foi tecnicamente estruturado e fixado no montante de **R$ 252.000.000,00**. Do ponto de vista de resiliência e gestão de riscos, esta arquitetura foi segregada em dois grandes blocos orçamentários:

- **Orçamento Fiscal:** R$ 182.318.510,45 (72,3% do montante global), voltado ao custeio da máquina pública e investimentos em infraestrutura.
- **Orçamento da Seguridade Social:** R$ 69.681.489,55 (27,7% do montante global). Esta partilha funcional obrou como salvaguarda irrevogável ("blindagem"), asseverando que estes recursos fossem

rigorosamente vinculados à proteção da saúde pública e assistência social, imunes às pressões de custeio administrativo correntes.

3.2. Eixos de Atuação e Foco em Resultados

O plano institucional operou sob os pilares da moralidade, transparência e cidadania. Estrategicamente, a digitalização dos serviços fiscais (IPTU, Certidões, NFSe) e a instituição de subprefeituras almejaram a redução de custos e a libertação de dotação para áreas finalísticas. O financiamento repousou majoritariamente na estimativa de R$ 246,6 milhões em Receitas Correntes (onde R$ 194,5 milhões adviriam de Transferências e R$ 47,2 milhões de impostos e taxas próprias) e R$ 24,9 milhões atrelados a Receitas de Capital.

4. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E ENTREGAS

O acompanhamento orçamentário viabilizou entregas cruciais para o desenvolvimento e amparo aos cidadãos caetiteenses em diversas frentes, enfrentando as métricas de planejamento:

- **Educação e Inclusão:** Instituição da reestruturação normativa e do georreferenciamento completo das linhas de Transporte Escolar Rural (através do Decreto nº 089/2022). Ocorreu o adimplemento do reajuste salarial anual dos professores e a concessão de kits escolares e uniformes aos discentes, ainda que obras físicas de reforma tenham enfrentado morosidade atrelada à complexidade de cronogramas de engenharia.
- **Saúde Pública e Assistência Farmacêutica:** Destaca-se a implantação e pagamento do piso nacional salarial para a categoria de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem, referendado pela aprovação da Lei Municipal nº 946/2023. Consolidou-se a descentralização do acesso a medicamentos básicos, bem como a manutenção ininterrupta da frota de ambulâncias. Além disso, as contas do Consórcio Interfederativo de Saúde do Alto Sertão restaram devidamente aprovadas.
- **Sustentabilidade e Meio Ambiente:** Promulgação basilar da Lei Municipal nº 933/2023, que instituiu formalmente o Plano Municipal de Saneamento Básico e a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do município, esforço ecológico que rendeu à administração a conquista do 1º lugar no "Prêmio Bahia Sustentável".
- **Infraestrutura e Requalificação:** Modernização das planilhas de custos com a adoção da tabela oficial SINAPI/BDI para processos de pagamento de obras públicas. Realizou-se a instituição da Comissão de Regularização Fundiária Urbana (REURB) por meio da Portaria nº 105/2023. Intervenções estruturantes, como eletrificação rural e esgotamento, foram ancoradas em parcerias com as concessionárias COELBA e EMBASA.
- **Administração e Justiça Fiscal:** Esforço concentrado na mitigação da frustração de receitas por meio da instituição do Programa Municipal de Recuperação Fiscal (REFIS 2023 - Lei nº 960/2023) e da otimização tributária mediante retenção ampliada do Imposto de Renda Retido na Fonte (Decreto nº 002/2023).

5. RESULTADOS ALCANÇADOS E ANÁLISE DE METAS FÍSICAS

A governança pautada por resultados demanda o confronto fático entre a projeção do planejamento e o efetivo sucesso na execução física setorial. Os dados extraídos atestam níveis assimétricos de eficiência e identificação de gargalos nas matrizes governamentais.

SECRETARIA / SETOR ADMINISTRATIVO	% DE EFICIÊNCIA (PLANO DE GOVERNO)	% DE EFICIÊNCIA (METAS DO PPA)
Recursos Hídricos	**100,00%**	**80,00%**
Meio Ambiente	**50,00%**	**88,89%**
Saúde	**68,42%**	**83,33%**
Administração, Planejamento e Finanças	**58,33%**	**83,33%**
Cultura, Esporte, Lazer e Turismo	**-**	**83,33%**
Educação	**42,50%**	**26,09%**

Análise Comparativa e Condicionantes: O diagnóstico físico evidencia que áreas cuja ação depende de atuação finalística direta e objetiva, como a perfuração de poços em Recursos Hídricos e o Meio Ambiente, atingiram patamares de exímia eficiência. Por outro lado, a Secretaria de Educação registrou preocupantes 26,09% no cumprimento do PPA. Referido hiato encontra justificativa na paralisação de projetos plurianuais complexos, a exemplo da "Inclusão Digital Especial" e do "Incentivo à educação no campo". Ademais, no Eixo de Desenvolvimento Econômico, promessas basilares de atração de capital, como a "Implantação do Polo Industrial de Caetité", amargaram status de "Não Iniciadas", refletindo a aridez na captação de recursos no ano de 2023.

6. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E INDICADORES FISCAIS

O estrito cumprimento das portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) chancelou a transparência e a padronização das rubricas orçamentárias. O balanço do exercício traduziu o impacto da frustração arrecadatória frente à estimativa legislativa, obrigando a gestão a equalizar seus empenhos e liquidações.

6.1. Demonstrativo de Arrecadação e Execução de Despesas

AFERIÇÃO CONTÁBIL CONSOLIDADA	VALORES APURADOS (R$)
Fixação Orçamentária Inicial (Previsão LOA)	252.000.000,00
Receita Efetivamente Realizada / Arrecadada	**200.727.958,03**
Despesa Liquidada no Exercício	211.462.751,39
Despesa Paga no Exercício	196.158.114,25

A "Reserva de Contingência", prevista técnica e inicialmente no montante de R$ 1.323.427,87, constou como "Não Iniciada" na execução ao longo de vasto período do ano, gerando alertas nos órgãos de auditoria governamental acerca da necessidade de provisionamento fático para manutenção da resiliência frente aos passivos imprevistos.

6.2. Indicadores de Responsabilidade Fiscal e Constitucionais

Mister se faz ressaltar a proeminência na priorização dos pisos constitucionais vinculados, cujo alcance demonstrou irrestrito zelo legal:

- **Despesa Total com Pessoal (Poder Executivo):** Encerrou o ciclo consolidando **53,86%** da Receita Corrente Líquida. Este resultado superou o Limite Prudencial (51,30%) estipulado pela LRF, justificando plenamente os decretos e medidas austeras de contingenciamento adotados no último quadrimestre a fim de salvaguardar o não rompimento do Limite Máximo intransponível de 54,00%.
- **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE):** O município chancelou investimento robusto na ordem de **28,13%** da receita resultante de impostos na seara educacional, vencendo consideravelmente o mínimo constitucional histórico de 25,00%.
- **Valorização Profissional (FUNDEB):** A aplicação da rubrica nos subsídios e remunerações dos profissionais de educação básica em efetivo exercício apurou a notória proporção de **80,10%** do fundo repassado, ratificando a estrita conformidade com o mínimo impositivo de 70% fixado pela legislação de regência.
- **Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):** Liquidou-se recursos na ordem de **19,56%** das receitas de impostos no atendimento sanitário do SUS, muito além do teto mínimo normativo de 15,00%.
- **Endividamento:** O controle austero do passivo fundado assegurou um grau da Dívida Consolidada Líquida de ínfimos **16,95%**, conferindo ampla solidez intertemporal ao ente frente ao teto federal (120%).
- **Duodécimo Legislativo:** Transcurso irretocável dos repasses, com montante estimado projetado em R$ 7.800.000,00 repassados à Câmara de Vereadores.

7. GOVERNANÇA, CONTROLE INTERNO E TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A Controladoria-Geral do Município capitaneou vigoroso trabalho preventivo e normatizador, assegurando a fidedignidade material e a redução de riscos de contratação em tempo real. No transcurso do ano, foram autuados 88 Ofícios de alinhamento, 6 Termos de Recomendação, 6 Orientações Técnicas Setoriais e 2 Instruções Normativas (direcionadas à disciplina de frotas/combustíveis e bens patrimoniais). Ademais, as auditorias inspecionaram contemporaneamente 105 processos e editais licitatórios, exigindo a estrita adequação à Nova Lei de Licitações e utilização inarredável da matriz de Banco de Preços públicos.

A democratização da informação refletiu-se em notórios prêmios e selos institucionais concedidos aos portais e ferramentas de participação popular do ente:

- **Nível de Excelência em Transparência Pública:** Por intermédio das inovações consolidadas pelo Sistema de Controle, o município foi galardoado com o **Selo Prata**, atestando um brilhante **Índice de Transparência Pública de 84,20%** na matriz de avaliação promovida por entidades nacionais de auditoria de contas, corroborando a facilidade, tempestividade e fidedignidade na publicização das metas e balanços (RREO e RGF).
- **Reconhecimento Cidadão (Ouvidoria de Destaque):** A prefeitura obteve a outorga do Prêmio em Boas Práticas formulado pela Controladoria-Geral da União (CGU), decorrente do primor na recepção e trato das manifestações públicas. A Ouvidoria de Caetité processou 471 demandas com invejável taxa de resolutividade de 90%. Para além dos canais digitais, o projeto social *"Prefeitura Itinerante"* promoveu mais de 12.000 atendimentos descentralizados, levando serviços de saúde e cidadania à porta dos cidadãos residentes na zona rural.

- **Selo do Ministério Público Estadual:** Atestado de lisura conferido aos gastos públicos com a contratação e planejamento das históricas festividades culturais juninas municipais.

8. PARECER TÉCNICO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrutinização aprofundada dos balanços e indicadores de 2023 comprova que a administração de Caetité/BA desempenhou uma gestão resiliente e tecnicamente ancorada frente a um exercício severamente testado pela frustração de rubricas externas e pela morosidade inerente à adaptação a complexos sistemas de governança (SIAFIC, NLLC). Destaca-se a manutenção irrefutável do equilíbrio da dívida consolidada (16,95%) e o zelo na destinação obrigatória de divisas para a Saúde (19,56%) e a Educação (28,13%).

A superação imprevista do Limite Prudencial das despesas de pessoal serviu como sinal de alerta tempestivo para as medidas de contingenciamento já encetadas pela alta governança. Diante das evidências técnicas arroladas e da consagração dos níveis de transparência pública, o Órgão Central de Controle Interno expede a manifestação por Parecer de Regularidade da aplicação dos recursos públicos, considerando este Relatório de Gestão plenamente estruturado, autêntico e fidedigno para remessa, análise e prestação de contas junto ao Tribunal de Contas respectivo e ao escrutínio irrestrito da sociedade civil de Caetité.